

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
Total	30.925
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
Total	509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	118.238	123.885
1.01	Ativo Circulante	19.516	48.009
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	28.257
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.321	19.438
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.321	19.438
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	195	314
1.01.08.03	Outros	195	314
1.01.08.03.01	Outros Créditos	195	314
1.02	Ativo Não Circulante	98.722	75.876
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.769	64.127
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	45.472	21.769
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	45.472	21.769
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	46.297	42.358
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	46.297	42.358
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	6.952	11.748
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.952	11.748

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	118.238	123.885
2.01	Passivo Circulante	7.868.605	7.874.476
2.01.02	Fornecedores	47	56
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	47	56
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.832	24.643
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	111	107
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.721	24.536
2.01.05	Outras Obrigações	7.842.726	7.849.777
2.01.05.02	Outros	7.842.726	7.849.777
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.461.267
2.01.05.02.05	Provisão p/ Passivo a Descoberto em Investidas	1.375.838	1.382.641
2.01.05.02.06	Outras Contas	3.844	5.869
2.02	Passivo Não Circulante	266.730	267.341
2.02.02	Outras Obrigações	102.123	100.933
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.465	1.777
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.465	1.777
2.02.02.02	Outros	100.658	99.156
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	100.658	99.156
2.02.04	Provisões	164.607	166.408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	164.607	166.408
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	155.907	155.525
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.170	8.353
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.530	2.530
2.03	Patrimônio Líquido	-8.017.097	-8.017.932
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.258.370	-8.243.026
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.439	9.466
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.844	-50.050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	641	2.023	808	1.786
3.03	Resultado Bruto	641	2.023	808	1.786
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.112	-19.386	5.671	-283
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.095	-19.369	5.709	-10.947
3.04.02.01	Despesa Gerais	-4.620	-5.966	-3.460	-6.094
3.04.02.02	Provisão para Perdas nas Investidas	-3.475	-13.403	9.169	-4.853
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	10.664
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17	-17	-38	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-7.471	-17.363	6.479	1.503
3.06	Resultado Financeiro	-503	-2.008	-710	-1.970
3.06.01	Receitas Financeiras	377	762	53	54
3.06.02	Despesas Financeiras	-880	-2.770	-763	-2.024
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00000	0,19000	-0,02000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,19000	-0,02000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.974	-19.371	5.769	-467
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.161	16.179	2.991	-13.646
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-2	-41	-76	-76
4.02.02	Ajuste de Conversão	10.149	20.206	3.067	-12.975
4.02.03	Ajuste da Avaliação Patrimonial	-3.986	-3.986	0	-595
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.813	-3.192	8.760	-14.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-29.164	8.380
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.525	17.950
6.01.01.02	Provisão Perda nas Controladas	-6.803	17.828
6.01.01.03	Provisão para Contingências	-1.801	0
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	79	122
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.268	-9.103
6.01.02.01	Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	117	121
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Outros Ativos e Aluguel Rec.	123	91
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	-3.939	-12.943
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Fiscais e Tributárias	2.691	1.859
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	-9	-12
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Reservas Previdenciárias	31	26
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Outras Contas e Aluguel	-2.059	1.755
6.01.02.08	Aumento (Redução) Credores Quirografários	1.777	0
6.01.03	Outros	-19.371	-467
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-19.371	-467
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.716	2.522
6.02.02	Baixa imobilizado	4.716	2.522
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.809	-19.474
6.03.01	Variação Mútuo Parte Relacionada	-24.015	-6.499
6.03.02	Ajustes de Conversão	20.206	-12.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.257	-8.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.257	8.572

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	835	0	835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.371	0	-19.371
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.206	0	20.206
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	20.206	0	20.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.027	-4.027	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.027	-4.027	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.288.214	5.439	-8.017.097

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.808	-3.324	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.808	-3.324	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-467	-12.975	-13.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-467	0	-467
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.975	-12.975
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.975	-12.975
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	671	-671	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	671	-671	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.604	-16.970	-7.839.896

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	2.231	12.634
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.231	1.970
7.01.02	Outras Receitas	0	10.664
7.01.02.01	Receita Líq. Venda Imobilizado	0	10.664
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.505	-561
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.505	-561
7.03	Valor Adicionado Bruto	-274	12.073
7.04	Retenções	-79	-122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79	-122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-353	11.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-12.641	-4.799
7.06.02	Receitas Financeiras	762	54
7.06.03	Outros	-13.403	-4.853
7.06.03.01	Resultado da Provisão p/ Perdas em Controladas	-13.403	-4.853
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-12.994	7.152
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-12.994	7.152
7.08.01	Pessoal	3.930	4.212
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-569	1.295
7.08.02.01	Federais	-570	1.294
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.016	2.112
7.08.03.01	Juros	1.241	852
7.08.03.02	Aluguéis	1.775	1.260
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.371	-467

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	110.948	126.006
1.01	Ativo Circulante	37.908	62.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.182	30.676
1.01.03	Contas a Receber	5.150	6.298
1.01.03.01	Clientes	5.150	6.298
1.01.04	Estoques	5.362	4.805
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.688	19.672
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.688	19.672
1.01.07	Despesas Antecipadas	56	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	470	589
1.01.08.03	Outros	470	589
1.01.08.03.02	Outros Créditos	470	589
1.02	Ativo Não Circulante	73.040	63.966
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.615	50.236
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.616	3.526
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	14.616	3.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	48.999	46.710
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	48.999	46.710
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1
1.02.03	Imobilizado	9.123	13.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.123	13.342
1.02.04	Intangível	301	387
1.02.04.01	Intangíveis	301	387

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	110.948	126.006
2.01	Passivo Circulante	7.073.457	7.093.234
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.555	3.195
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.707	1.681
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.848	1.514
2.01.02	Fornecedores	4.209	9.145
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.209	9.145
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.997	89.721
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.690	6.730
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	87.244	82.897
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	63	94
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	500.716	519.902
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	130.946	150.132
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	130.946	150.132
2.01.04.02	Debêntures	369.770	369.770
2.01.05	Outras Obrigações	6.470.980	6.471.271
2.01.05.02	Outros	6.470.980	6.471.271
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.461.267
2.01.05.02.13	Outras Contas	7.936	10.004
2.02	Passivo Não Circulante	1.054.588	1.050.704
2.02.02	Outras Obrigações	158.300	156.832
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.368	14.587
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	14.368	14.587
2.02.02.02	Outros	143.932	142.245
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	143.932	142.245
2.02.04	Provisões	896.288	893.872
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	896.288	893.872
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	882.789	876.920
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.777	14.230
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.722	2.722
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-8.017.097	-8.017.932
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.258.370	-8.243.026
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.439	9.466
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.844	-50.050

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.398	19.618	14.165	23.555
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.655	-9.814	-6.906	-12.179
3.03	Resultado Bruto	6.743	9.804	7.259	11.376
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.253	-22.451	-8.749	-9.422
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.110	-6.514	-3.165	-6.697
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.173	-15.945	-5.546	-13.385
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	30	8	0	11.260
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-38	-600
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.510	-12.647	-1.490	1.954
3.06	Resultado Financeiro	-1.464	-6.724	7.259	-2.421
3.06.01	Receitas Financeiras	1.199	1.928	62	66
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.663	-8.652	7.197	-2.487
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.974	-19.371	5.769	-467
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00000	0,19000	-0,02000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,19000	-0,02000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.974	-19.371	5.769	-467
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.161	16.179	2.991	-13.646
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-2	-41	-76	-76
4.02.02	Ajustes de Conversão	10.149	20.206	3.067	-12.975
4.02.03	Ajuste da Avaliação Patrimonial	-3.986	-3.986	0	-595
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.813	-3.192	8.760	-14.113
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.813	-3.192	8.760	-14.113

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-36.220	-2.717
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.295	10.239
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	475	525
6.01.01.02	Provisões Contingências	2.416	-2.606
6.01.01.04	Encargos Títulos a pagar	-19.186	12.320
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-554	-12.489
6.01.02.01	Aumento (Redução) nos Impostos a Recuperar	-16	127
6.01.02.02	Aumento (Redução) Contas a Receber	1.148	1.715
6.01.02.03	Aumento (Redução) nos Estoques	-557	-640
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Outros Ativos	65	-71
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	-2.289	-12.964
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-4.936	-6.334
6.01.02.07	Aumento (Redução) Obrigações Fiscais e Sociais	6.323	4.079
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Reservas Previdenciárias	31	26
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outras Contas e Aluguel	-2.100	1.573
6.01.02.15	Aumento (Redução) Credores Quirografários	1.777	0
6.01.03	Outros	-19.371	-467
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-19.371	-467
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.829	2.486
6.02.01	Aumento no Ativo Imobilizado	-909	-42
6.02.02	Baixas no Ativo Imobilizado	4.738	2.528
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.897	-13.387
6.03.01	Variação no Mútuo com Partes Relacionadas	-11.309	-412
6.03.02	Ajustes de Conversão	20.206	-12.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.494	-13.618
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.676	14.033
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.182	415

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	835	0	835	0	835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.371	0	-19.371	0	-19.371
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.206	0	20.206	0	20.206
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	20.206	0	20.206	0	20.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.027	-4.027	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.027	-4.027	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.288.214	5.439	-8.017.097	0	-8.017.097

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.808	-3.324	-7.826.454	0	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.808	-3.324	-7.826.454	0	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-467	-12.975	-13.442	0	-13.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-467	0	-467	0	-467
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.975	-12.975	0	-12.975
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.975	-12.975	0	-12.975
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	671	-671	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	671	-671	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.604	-16.970	-7.839.896	0	-7.839.896

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	24.868	38.912
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.503	28.252
7.01.02	Outras Receitas	1.365	10.660
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.575	-17.892
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.814	-12.179
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.761	-5.713
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.293	21.020
7.04	Retenções	-475	-525
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-475	-525
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.818	20.495
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.928	66
7.06.02	Receitas Financeiras	1.928	66
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.746	20.561
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.746	20.561
7.08.01	Pessoal	11.659	11.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.147	6.558
7.08.01.02	Benefícios	477	378
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	303
7.08.01.04	Outros	6.777	4.212
7.08.01.04.01	Acordos Trabalhistas	6.777	4.212
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.674	5.353
7.08.02.01	Federais	6.137	3.390
7.08.02.02	Estaduais	1.534	1.960
7.08.02.03	Municipais	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.784	4.224
7.08.03.01	Juros	7.121	1.314
7.08.03.02	Aluguéis	3.663	2.910
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.371	-467
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-19.371	-467

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação social de Lojas Arapuã S/A, apresenta os resultados do trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:

A Assembleia Geral dos Credores, realizada em 16/12/2011, aprovou por maioria, o plano de recuperação judicial de Kosmos Comercio de Vestuário S/A, que foi homologado na Justiça em 05/03/2012. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/2014.

Em julho de 2012 foram iniciadas as vendas dos imóveis previstos no Plano de Recuperação Judicial, concluídos com sucesso até dezembro de 2015, através de diversos leilões realizados com autorização judicial.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas com créditos até R\$ 45 mil e a partir de janeiro de 2016 foram iniciados os pagamentos dos créditos trabalhistas remanescentes, conforme aprovado no plano de recuperação judicial.

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a empresa requereu o levantamento dos valores e, assim, até o momento arrecadou R\$ 13.986 mil, havendo, ainda um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500 mil em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial de São Paulo na Justiça.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos pela imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na clausula 5.8 do referido Plano.

Comentário do Desempenho

Até 30 de junho de 2016, foram pagos o montante de R\$ 8.770 mil equivalentes ao percentual de 65,64% do total dos valores devidos.

Desempenho Operacional:

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em Recuperação Judicial:

A atividade operacional preponderante da Companhia, na atualidade, é a locação de imóveis.

A receita operacional líquida no trimestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 641 mil e em junho de 2015 foi de R\$ 808 mil.

As Despesas Operacionais do 2º TRI/2016 totalizaram em R\$(8.095) mil apresentando aumento de 41,8% em relação ao 2º TRI/2015 R\$ (5.709) mil, devido principalmente a Provisão para passivo a descoberto das investidas.

O Resultado Financeiro do 2ºTR/2016 de R\$ (503) mil apresenta redução de 29,1% em relação ao 2ºTRI/2015 R\$(710) mil.

No 2º TRI/2016 foi apurado um prejuízo de R\$ (7.974) mil.

Desempenho Econômico-financeiro 2016

CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Novelty Modas S/A (atual denominação social da Arapuã Comercial S/A) foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Com. de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Em março de 2008 a empresa passou a explorar o mercado de vestuário/modas voltado ao público feminino, masculino e infante-juvenil, com 11 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas S/A**.

O trimestre foi afetado negativamente pelos efeitos originados da política econômica equivocada adotada nos últimos anos, criando um clima de instabilidade institucional sem precedentes.

A elevação das taxas de juros, a inibição dos investimentos, a alta da inflação, o crescimento da inadimplência, o aumento do desemprego e a queda da renda do trabalhador causaram uma situação de forte recessão com reflexos diretos na atividade empresarial.

O faturamento diminuiu nominalmente 12,5% sobre o mesmo período do ano anterior, com impacto direto nos resultados operacionais.

Comentário do Desempenho

Nesse contexto de economia instável em franco declínio a Empresa adotou um rigoroso programa de contenção de despesas.

	<u>2º TRI/2016 R\$ mil</u>	<u>2º TRI/2015 R\$ mil</u>
Receita líquida das vendas	12.243	13.990
Despesas Comerciais	3.593	3.785
Despesas Administrativa	6.600	1.959 (*)
Resultado Financeiro	955	(2.194)**)
Resultado no período	(4.514)	3.534

(*) Despesas Administrativa 6.600 1.959
As Despesas Administrativas do 2º TRI/2015 estão reduzidas em R\$ 8.000 pela reversão para provisões fiscais, em função da adesão ao Parcelamento de débitos Fiscais, concedido pela União conforme Lei 11.941/2009 e 12.973/2014.

(**) Resultado Financeiro 955 (2.194)
No Resultado Financeiro do 2º TRI/2015 está computado crédito no montante de R\$ 3.335 pelo benefício gerado na adesão ao Parcelamento de débitos Fiscais concedido pelo União conforme Lei 11.941/2009 e 12.973/2014

Recursos Humanos

Ao final do trimestre junho 2016 a Novelty Modas S/A tinha 205 colaboradores dos quais 23 localizados na administração central e 182 nas lojas.

Relacionamento com Auditores Externos:

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2016, a TG&C Auditores Independentes não foi contratada para outros serviços que não seja a auditoria das demonstrações contábeis do exercício.

São Paulo, 05 de agosto de 2016.

A Administração.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2016

1. Contexto operacional

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (“Kosmos” ou “Companhia”), atual denominação de Lojas Arapuã S/A, fundada em 05/12/1994, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto, estando com suas operações em bolsa suspensas após o pedido de Concordata Preventiva em 22/06/1998, com sede na Rua Sergipe, 475, 9º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

A Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o qual foi indeferido primeiramente e posteriormente, com base em recurso interposto pela Companhia, foi provido o processamento da recuperação judicial em 27 de Outubro de 2009. Contudo, dois credores da companhia opuseram embargos de declaração, que foram acolhidos para esclarecimentos. O desembargador relator determinou a extração da carta de sentença para que a recuperação fosse processada independentemente de recurso contra o acórdão da apelação. Os autos da carta de sentença foram remetidos para o Juízo da 1ª Vara de Falências, que determinou a apresentação de documentação atualizada da Kosmos.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. O edital da lista de credores da Kosmos foi disponibilizado pelo Diário Oficial de Justiça em 07/01/2011.

O plano de recuperação foi apresentado em 03/11/2010 e o edital de aviso de entrega do plano publicado em 28/02/2011. Como alguns credores opuseram objeção ao plano de recuperação, designou-se a realização da Assembleia Geral de Credores para os dias 19 e 28 de outubro de 2011, em 1ª e 2ª convocação, respectivamente.

Em 17/10/2011, ainda, foi publicada a 2ª lista de credores, em cumprimento ao art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Realizada a 1ª convocação da assembleia, em 19/10/2011, em razão da ausência de quórum, ela não foi instalada. Realizada em 2ª convocação, em 28/10/2011, os credores presentes deliberaram, em sua maioria, pela suspensão da assembleia e continuação para o dia 16/12/2011, com o objetivo de realizar alterações no plano de recuperação judicial. A assembleia foi realizada em 16/12/2011, tendo sido aprovado, por maioria, o plano de recuperação da Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano e concedeu a recuperação judicial da Kosmos. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/14 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/14.

Em 19/03/2012 a Companhia requereu autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012 e todos os imóveis desse lote foram vendidos. Posteriormente, foi requerida nova autorização para continuidade do leilão com alguns imóveis, sendo que o Juiz determinou a manifestação do Administrador, o qual, por sua vez, requereu esclarecimentos, devidamente prestados. Como o pedido demorou para ser apreciado, a Kosmos apresentou nova manifestação com o cronograma de todos os próximos leilões, o que foi deferido e, assim, foi realizado o primeiro leilão da série em janeiro de 2014. Em abril de 2014 foi realizado o leilão de mais um lote de imóveis, em cumprimento ao plano de recuperação judicial. Outras hastas públicas ocorreram em 17/04/14, 09/06/14, 03/07/14, 12/08/14, 12/11/14, 31/03/15, 29/10/15 e 17/12/15.

Foi peticionado na Justiça o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente, o que foi deferido e, assim, foi iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas. Posteriormente foi requerido o levantamento de outro montante, para pagamento de passivos trabalhistas e quirografários, o que também foi deferido. Foi publicado o edital de aviso aos credores quirografários para informação dos dados bancários. Realizados alguns levantamentos de valores depositados judicialmente, a Companhia iniciou a fase de pagamento dos credores arrolados na lista, comprovando nos autos os pagamentos realizados. Aguarda-se os demais levantamentos e a continuidade dos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2016.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até 05 de agosto de 2016, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas empresas controladas.

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as empresas consolidadas são as seguintes:

Investidas	% de participação	
	30/06/2016	31/12/2015
Bantan Serviços de Adm. de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%
Novelty Modas S/A	100%	100%
Arapuã International Invest. Corp.	100%	100%
Feniciapar S/A	99,98%	99,98%
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	99,90%	99,90%

Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda., atual denominação de Arapuã Serviços de Administração de Crédito e Cobrança S/C Ltda., constituída na forma de sociedade civil em 15/12/1995. Em 17/04/2007, a sociedade alterou a sua natureza jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins;
- Administração de contas a pagar e receber;
- Coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais;
- Fomento ao comércio varejista e atividades correlatas, inclusive os de assessoria e
- gestão de interesses de terceiros em operações à prazo.

Novelty Modas S/A. atual denominação de Arapuã Comercial S/A, constituída em 17/12/1998, na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo no início como

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

principais atividades, o comércio varejista de eletrodomésticos e móveis, migrando no início de 2008 para o comércio varejista de roupas.

Arapuã International Investment Corp. constituída nas Ilhas Virgens Britânicas em 04/01/1996, como Companhia Internacional, tendo como principais atividades:

- Investir, levantar ou subscrever o capital necessário para promover, estabelecer ou desenvolver empreendimentos e negócios; e
- Subscrever ou promover a subscrição, comprar, possuir, deter, adquirir por qualquer outro meio e vender, negociar, garantir, ceder, permutar e transferir por qualquer outro meio, ações de capital, créditos, obrigações, valores mobiliários, quotas e qualquer outro título ou documento de qualquer sociedade ou pessoa jurídica privada, pública ou semi-pública e, enquanto for proprietário dos mesmos, possuir e exercer todos os direitos e privilégios correspondentes.

Feniciapar S/A, constituída em 03 de Janeiro de 1994, tendo iniciado suas atividades em março de 1995 e tem por objeto social exclusivo:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A., direitos creditórios estes que deverão ainda contar com a coobrigação da Companhia vendedora ou prestadora de serviços; e
- A cessão dos direitos referidos no parágrafo anterior.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda., constituída em 27/03/2006, na forma de sociedade empresaria limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança amigável, cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia mercadológica, seleção de riscos, administração de contas a pagar e receber, a contratação, em nome próprio, por conta e ordem de terceiros.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2016:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
(a) CPC 38	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
(b) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1)	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2018

(a) CPC 38 / IFRS 9: IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

possuírem termos contratuais do ativo financeiro estabelecendo datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes”. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada não cause efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

(b) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IFRS 15: Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Administração da Companhia entende que a aplicação da IFRS 15 no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

Devem ser divulgados os efeitos que cada um dos pronunciamentos acima trarão para a posição patrimonial e financeira e para o resultado da Companhia. Caso não sejam esperados impactos significativos, isso deve ser declarado. Caso exista a possibilidade de impactos significativos, mas não tenha sido possível levantar esses impactos para fins de divulgação, esse fato deve ser declarado.

3. Principais práticas contábeis

A Administração da Companhia e suas Controladas aplicaram as práticas contábeis abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados e estão descritas a seguir:

a) Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

c) Instrumentos financeiros

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao “valor justo” por meio do resultado, sendo tais custos diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração posterior ocorre a cada data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

d) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

e) Estoques

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A Administração da Companhia julgou desnecessária a constituição de provisão para perda nos estoques em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

f) Investimentos

Os investimentos permanentes em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Provisão para contingências

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

k) Uso de estimativa e julgamentos contábeis

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

l) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuro serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

n) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a Companhia apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias de capital aberto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Disponibilidades em moeda nacional	-	28.257	192	30.664
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	-	-	6.990	12
	<u>-</u>	<u>28.257</u>	<u>7.182</u>	<u>30.676</u>

A rubrica de Títulos e Valores Mobiliários refere-se a liberação judicial de parte dos valores das vendas de imóveis por leilão, em cumprimento ao plano de recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas e quirografários.

5. Contas a receber de clientes

<u>Descrição</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a Receber de crediariastas	67.124	67.124	224.686	238.302
Provisão para devedores duvidosos	(67.124)	(67.124)	(219.536)	(232.004)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.150</u>	<u>6.298</u>

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Foi constituída provisão para perdas com recebíveis na controladora R\$ 67.124 e no consolidado R\$ 226.455, devido à difícil realização. O valor em aberto apresentado no contas a receber de R\$ 3.125 (R\$ 6.298 em 2015) refere-se à controlada Novelty Modas S/A com

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

operadoras de cartões de crédito. A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

6. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mercadoria para Revenda	5.357	4.800
Adiantamento a fornecedores	5	5
	<u>5.362</u>	<u>4.805</u>

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

7. Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS	-	-	168	168
ICMS - Acréscimos Financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	230	527
Provisão Perdas INSS	-	-	(160)	(527)
Impostos Federais	3.280	3.280	4.979	4.906
Provisão Impostos Federais	-	-	(2.708)	(2.708)
Pis	8.876	8.895	9.380	9.400
Cofins	7.165	7.263	7.782	7.880
Outros	-	-	17	26
	<u>19.321</u>	<u>19.438</u>	<u>19.688</u>	<u>19.672</u>

A rubrica contábil de impostos federais referem-se ao saldo de antecipação IRPJ/CSLL até o exercício de 1998 não utilizados em função de a Companhia Controladora e algumas investidas estarem sem movimentação operacional, tributos estes já requeridos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) a restituição.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

As rubricas contábeis de Pis e Cofins referem-se a créditos substancialmente originários de PIS e COFINS apurados durante os exercícios anteriores, não utilizados pela Companhia Controladora e suas investidas, no entanto a administração já solicitou a restituição junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

8. Depósitos judiciais

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Arrematação de Imóveis	33.270	35.284	34.730	35.284
Depósitos Restituíveis	6.065	6.682	6.614	7.242
Depósito Judicial - Hasta Pública	6.662	-	5.202	-
Depósitos para Garantia de Embargos	2.129	2.182	2.307	2.390
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(2.129)	(2.182)	(2.129)	(2.182)
Produtos dados em Penhora	-	-	391	391
Provisão para Perdas Produtos dados Penhora	-	-	(391)	(391)
Bloqueios Judiciais	300	392	2.275	3.976
	46.297	42.358	48.999	46.710

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27 e 28/01/2014, 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014 e 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015 totalizando R\$ 67.475, dos quais R\$ 34.542 foram liberados para pagamentos dos processos trabalhistas.

9. Investimentos

Como parte do plano de reestruturação da Companhia apresentada aos seus credores, foi constituída, em 17/12/1998, a Arapuã Comercial S/A. (hoje denominada Novelty Modas S/A.). O capital dessa empresa é composto por ativos transferidos de Kosmos, como as benfeitorias feitas em lojas, os pontos comerciais, estoques, bem como os passivos atrelados à operação comercial da Companhia, como fornecedores e obrigações com empregados e sociais.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	Novelty Modas S.A	Bantan Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda	Feniciapar S.A	Arapuã International Invest. Corp	Minoritários	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	160	1	157.330
Quant. Ações e quotas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	50	-	
Participação %	100	100	99,90	99,98	100	-	
PL (Passivo a descoberto) em 30 de junho de 2.016	(901.000)	(1.927)	(2.049)	(418.330)	(93.303)	85	(1.416.524)
Lucro / Prejuízo do período findo em 30 de junho de 2.016.	(14.341)	(54)	(51)	1.043	-	-	(13.403)

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a movimentação da participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

10. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o período findo em 30 de junho de 2016:

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Controladora					
		30/06/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	3.847	-	3.847	5.627	-	5.627
Edifícios	4	5.227	(2.122)	3.105	8.883	(2.762)	6.121
		9.074	(2.122)	6.952	14.510	(2.762)	11.748

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Consolidado					
		30/06/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	3.847	-	3.847	5.627	-	5.627
Edifícios	4	5.227	(2.122)	3.105	8.883	(2.763)	6.120
Benefeitorias em imóveis de terceiros	(*)	3.695	(2.337)	1.358	2.583	(1.758)	825
Móveis e utensílios	10	1.751	(1.149)	602	1.709	(1.104)	605
Equip. de informática	20	1.155	(965)	190	1.086	(944)	142
Instalações	(*)	28	(7)	21	28	(5)	23
		15.703	(6.580)	9.123	19.916	(6.574)	13.342

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o trimestre findo em 30 de junho de 2016:

		Controladora				
Taxa de depreciação	-	31/12/2015				30/06/2016
		Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos	-	5.626	-	(1.780)	-	3.846
Edifícios	4	6.121	-	(2.936)	(79)	3.106
		11.747	-	(4.716)	(79)	6.952

		Consolidado				
Taxa de depreciação	-	31/12/2015				30/06/2016
		Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos		5.627	-	(1.780)	-	3.847
Edifícios		6.120	-	(2.936)	(79)	3.105
Benf. em imóveis de terc.	(*)	825	766	(12)	(221)	1.358
Móveis e utensílios	10	607	68	(9)	(61)	605
Equip. de informática	20	140	75	(1)	(26)	188
Instalações	(*)	23	-	-	(3)	20
		13.342	909	(4.738)	(390)	9.123

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

11. Empréstimos e Financiamentos (Consolidado)

Descrição	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Eurobonds	42.355	42.355
	42.355	42.355

Representam obrigação da controlada Feniciapar S.A. com West Merchant Bank Limids referente à captação no exterior por meio de emissão de EUROBONDS, com vencimento inicial previsto para o ano de 2005, com taxa de juros de 9,50% a.a., antes da concordata de Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Entretanto, conforme mencionado na nota 3.c), os referidos empréstimos tiveram seus vencimentos antecipados por ocasião da concordata requerida pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (controladora e garantidora dos direitos creditórios). Em conjunto com os debenturistas, foi definido que os juros do empréstimo passariam a ser de 8,825% ao ano, além da variação cambial do dólar norte-americano, calculados até 31 de

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

dezembro de 2014. Os valores provisionados incluem imposto de renda retido na fonte de 27,5% sobre os juros a serem remetidos ao exterior.

Considerando que esta operação está garantida com direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos estes que foram devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado. Os valores registrados estão refletindo adequadamente a obrigação da Companhia.

12. Títulos a pagar (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos a Pagar	88.591	107.777
	<u>88.591</u>	<u>107.777</u>

A rubrica de Títulos a pagar corresponde a Euro-Commercial Paper captados por meio da Companhia Controlada no exterior Arapuã International Investment Corp., com previsão inicial de juros que variavam de 9% a 11% ao ano e comissão de 0,5%, vencidos em 05/06/1998.

Com o pedido de Concordata Preventiva/Recuperação Judicial, os respectivos credores de Arapuã International habilitaram seus créditos diretamente na Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial.

A partir de janeiro de 2014 esses títulos deixaram de ser atualizados na Arapuã International Investment Corporation. A variação do saldo demonstrado acima, entre 2014 e 2015, deve-se somente à variação cambial decorrente da conversão dos saldos para fins de consolidação na Companhia.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

13. Debêntures (Consolidado)

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Junho de 2016

	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
Total			369.770
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

Dezembro de 2015:

	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
Total			369.770
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

As debêntures estão atualizadas até 31/12/2014 pelos critérios de remuneração estabelecidos nas escrituras públicas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Considerando que as debêntures são garantidas por direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos esses que estão devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado a partir de janeiro de 2015. Os valores registrados estão refletindo adequadamente as obrigações da Companhia.

14. Obrigações com credores quirografários

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/06/2016	movimentação	31/12/2015	30/06/2016	movimentação	31/12/2015
Fornecedores mercadorias	5.406.157	1.777	5.404.380	5.406.157	1.777	5.404.380
Fornecedores no exterior	15.753	-	15.753	15.753	-	15.753
Debêntures	748.607	-	748.607	748.607	-	748.607
Financiamento no País - Capital de Giro	288.474	-	288.474	288.474	-	288.474
Outras contas à pagar	4.053	-	4.053	4.053	-	4.053
	6.463.044	1.777	6.461.267	6.463.044	1.777	6.461.267

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a empresa requereu o levantamento dos valores e, assim, até o momento arrecadou R\$ 13.986, havendo, ainda um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500, em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial de São Paulo na Justiça.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos pela imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido Plano.

Até 30 de junho de 2016, foram pagos o montante de R\$ 8.770, equivalentes ao percentual de 65,64% do total dos valores devidos.

Desde de 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária.

Contudo, considerando que tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contestando o não processamento de recurso movido por um dos credores da Companhia, a

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Administração da Companhia optou por não efetuar o ajuste dos passivos quirografários. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando não houver mais qualquer recurso em processamento na Justiça contestando os termos do plano de recuperação judicial.

Os valores relativos às coobrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios a terceiros não estão inclusos no montante de créditos quirografários. Isso ocorre em virtude de as referidas obrigações serem passíveis de liquidação, a qualquer tempo, após o recebimento das prestações devidas pelo devedor original.

15. Obrigações fiscais e tributárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ICMS - parcelado	479	570	1.613	1.929
ICMS (b)	25.242	23.966	85.631	80.968
ISS	-	-	38	47
IRRF	29	27	162	199
IPTU	-	-	25	47
IR Euronotes	-	-	6.429	6.429
INSS - Retido	77	75	77	75
Outras Obrigações	5	5	22	27
REFIS (a)	100.658	99.156	143.932	142.245
	<u>126.490</u>	<u>123.799</u>	<u>237.929</u>	<u>231.966</u>
Circulante	<u>25.832</u>	<u>24.643</u>	<u>93.997</u>	<u>89.721</u>
Não Circulante	<u>100.658</u>	<u>99.156</u>	<u>143.932</u>	<u>142.245</u>

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de Abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de Maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgando improcedente a ação.

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Está sendo aguardado o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário:

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;
- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 22;
- Total do valor a pagar do REFIS em 30 de junho de 2016: R\$ 100.658;
- Valor presente da dívida em 30 de junho de 2016: R\$ 199;
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 6,72% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 74.246.

- (a) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

16. Provisão para passivo a descoberto em controladas

A provisão está sendo constituída proporcionalmente a participação nas investidas.

Investidas	30/06/2016	Movimentação	Variação		31/12/2015
				Cambial	
Novelty Modas S/A	(860.315)	(14.341)	-	-	(845.974)
Feniciapar S/A	(418.246)	1.043	-	-	(419.289)
Arapuã International Invest Corp.	(93.302)	-	(20.206)	-	(113.508)
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.927)	(54)	-	-	(1.873)
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(2.048)	(51)	-	-	(1.997)
	(1.375.838)	(13.403)	(20.206)		(1.382.641)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Informação das investidas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	30/06/2016				
	NOVELTY MODAS S/A	BANTAN ADM. CRÉD. COBR.	SAMARO ADM. CRÉD. COBR.	FENICIAPAR S/A	ARAPUÁ INTERNATIONAL
ATIVO	16.376	204.539	12.981	228	5
. Circulante	11.216	21	7	15	-
. Não Circulante	5.160	204.518	12.974	213	5
PASSIVO	16.376	204.539	12.981	228	5
. Circulante	73.487	472	518	418.558	88.591
. Não Circulante	843.889	205.994	14.512	-	4.716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(901.000)	(1.927)	(2.049)	(418.330)	(93.302)
RESULTADO	(14.341)	(54)	(51)	1.043	-
	31/12/2015				
	NOVELTY MODAS S/A	BANTAN ADM. CRÉD. COBR.	SAMARO ADM. CRÉD. COBR.	FENICIAPAR S/A	ARAPUÁ INTERNATIONAL
ATIVO	20.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	13.956	27	7	15	-
. Não Circulante	6.466	204.473	12.974	-	5
PASSIVO	24.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	75.064	381	465	418.556	107.777
. Não Circulante	836.017	205.992	14.513	833	5.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(886.659)	(1.873)	(1.997)	(419.374)	(113.508)
RESULTADO	(167.843)	(223)	(270)	(56)	-

17. Partes relacionadas

Em concordância com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), a Companhia efetua operações com empresas ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo Não Circulante				
Arapuã International Investment Corp Finance	4.716	5.737	-	-
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	204.202	204.200	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	12.331	12.331	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	42.958	42.551	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	4.055	3.110	-	-
Feniciapar S/A	-	107	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	508	325
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	17.659	3.498	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	9.154	-	213.355	204.202
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	857	9.571	8.838
Provisão para perdas com créditos em controladas	(249.603)	(250.622)	(208.918)	(209.939)
	45.472	21.769	14.616	3.526
Passivo Não Circulante				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12.087	12.087
Monções Administração de Bens Imóveis Ltda	-	-	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.465	1.777	1.465	1.777
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	-	-	61	-
FL. Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	702	670
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
	1.465	1.777	14.368	14.587
Resultado				
Receitas de Serviços				
Novelty Modas S/A	24	48	-	-
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	-	-	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	36	144
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12	8
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	192	724
	24	48	240	876
Receitas de Aluguel				
Novelty Modas S/A	1.787	2.413	-	-
Despesas com Serviços				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	(2)	(7)	-	(8)
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	-	-	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	(192)	(724)
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	(12)	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	(36)	-	(36)	(144)
	(38)	(7)	(240)	(876)

Arapuã Internacional Investment Corp.

Em 30/06/2016 a companhia possuía valores a receber da controlada Arapuã International Investment Corp. no montante de R\$ 4.716 (R\$ 5.737 em 2015) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 01 de janeiro de 1997 com vencimento em 31 de dezembro de 1997 com previsão de atualização pela variação cambial.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e a Arapuã International Investment. Corporation Finance não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidar a obrigação, a Companhia, por questão de prudência, constituiu uma provisão para perdas no mesmo valor.

Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda

Em 30/06/2016 a companhia possuía valores a receber da empresa controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 204.202 (R\$ 204.200 em 2014), referentes a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998, com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, a Companhia, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

Simeira Comércio e Indústria Ltda. (controladora de Kosmos Comércio de Vestuário S.A em recuperação judicial)

Baseado no Plano de Recuperação Judicial indicado na Nota Explicativa nº 1, a Simeira Comércio e Indústria Ltda., controladora indireta de Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. possui dívida, em 30/04/2016, para com esta, no montante de R\$ 204.202 e (R\$ 204.202 em 2015). Essa dívida de Simeira Comércio e Indústria Ltda. para com Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. poderá ser futuramente quitada via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítima de mercado.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valores a receber em 30/06/2016 de R\$ 12.331 (R\$ 12.331 em 31/12/2015), decorrentes de serviços prestados para Kosmos, conforme contrato firmado em 31/05/2012, com vencimento indeterminado e sem previsão de atualização dos saldos em aberto.

Novelty Modas S/A – Aluguel

Créditos a receber em 30/06/2016 no valor de R\$ 2.273 (R\$ 1.866 em 31/12/2015) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e Uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999, que estabelece que Novelty Modas S/A pagará para Kosmos, mensalmente, todos os custos incorridos por força do estabelecido nos contratos de locação dos imóveis nos quais Novelty Modas S/A explora suas atividades comerciais. O referido contrato tem prazo igual aos contratos de locação celebrados.

As despesas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Kosmos Comércio de

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Vestuário S/A – em recuperação judicial conforme explicitado no parágrafo anterior totalizando em 30/06/2016 o montante de R\$ 1.787 (R\$ 2.463 em 31 de dezembro de 2015).

Novelty Modas S/A – mútuo

Em 30/06/2016 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 31/12/2015) referente a saldo de contrato de mutuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008 e 01/12/2012, com vencimento em 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

Provisão para perdas com créditos em controladas

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	204.202	204.200	204.202	204.202
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Arapuã International Invest. Corp.	4.716	5.737	4.716	5.737
	249.603	250.622	208.918	209.939

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 a 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Remuneração da administração

Os administradores da Controlada Novelty Modas S/A receberam, até 30/06/2016, o montante de R\$ 219 mil (R\$ 401 mil em 31/12/2015).

Do período de 06 (três) meses findo em 30 de junho de 2016 não houve pagamento de benefícios à Diretores e Administradores. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Controladora

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 164.607 (R\$ 166.408 em 31 de dezembro de 2015) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 38.609, como possível perda (R\$ 38.609 em 31 de dezembro de 2015).

Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 896.288 (R\$ 893.872 em 31 de dezembro de 2015) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 151.078, como possível perda (R\$ 151.078 em 31 de dezembro de 2015).

18.1. Provisões

<u>Descrição</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias	155.907	155.525	882.789	876.920
Trabalhistas	6.170	8.353	10.777	14.230
Civil	2.530	2.530	2.722	2.722
Saldo Final	164.607	166.408	896.288	893.872

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

18.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

TRIBUTÁRIAS	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	72.736	19.914	92.650	516.535	47.385	563.920
COFINS	35.900	-	35.900	253.755	6.702	260.457
PIS	11.445	418	11.863	62.276	2.824	65.100
INSS	14.106	-	14.106	14.164	46.567	60.731
CSLL	5.548	561	6.109	5.548	561	6.109
FGTS	-	-	-	8.860	-	8.860
OUTROS	16.172	11.840	28.012	21.651	39.505	61.156
	155.907	32.733	188.640	882.789	143.544	1.026.333
CÍVEIS	2.530	5.852	8.382	2.722	7.325	10.047
TRABALHISTA	6.170	24	6.194	10.777	209	10.986
	164.607	38.609	203.216	896.288	151.078	1.047.366

18.3. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Saldo	CONTROLADORA					
	31/12/2015	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	30/06/2016
Tributárias	155.525	382	-	-	-	155.907
Trabalhistas	8.353	-	-	-	(2.183)	6.170
Cíveis	2.530	-	-	-	-	2.530
	166.408	382	-	-	(2.183)	164.607
Saldo	CONSOLIDADO					
	31/12/2015	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	30/06/2016
Tributárias	876.920	5.869	-	-	-	882.789
Trabalhistas	14.230	-	-	-	(3.453)	10.777
Cíveis	2.722	-	-	-	-	2.722
	893.872	5.869	-	-	(3.453)	896.288

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Kosmos Comércio de Vestuário S/A tem a responsabilidade sobre suas contingências de ordem trabalhista, previdenciária, comercial e civil. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de Dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 30 de junho de 2016, é de R\$ 107.953 (R\$ 145.743 em 31 de dezembro de 2015). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas da Companhia.

19. Passivo a Descoberto

Capital social

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016		31/12/2015	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	52,01
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	47,99
	<u>30.925.656.678</u>	<u>100,00</u>	<u>30.925.656.678</u>	<u>100,00</u>

Atualmente as ações ordinárias e as ações preferenciais possuem direitos iguais de voto nas deliberações das assembleias gerais.

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão da Kosmos Comércio de Vestuário S/A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I.

Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações em circulação, uma vez que as ações ordinárias e preferenciais possuem atualmente direitos iguais. A Companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Numerador	30.925.657	30.925.657	30.925.657	30.925.657
Lucro (Prejuízo) do período	(19.371)	(155.177)	(19.371)	(155.177)
Denominador	(0,0006)	(0,0050)	(0,0006)	(0,0050)
Média ponderada de ações em circulação	-	-	-	-
Prejuízo diluído por ação R\$	<u>(0,0006)</u>	<u>(0,0050)</u>	<u>(0,0006)</u>	<u>(0,0050)</u>

A companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

Reserva de capital

A Reserva de Capital é representada principalmente pelos incentivos fiscais adquiridos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM sobre o IRPJ e CSLL.

Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de Maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração de Kosmos e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10, somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática de custo atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016		31/12/2015	
Terrenos	15.319		15.319	
Edifícios	10.060		10.060	
	25.379		25.379	
Realização do Ajuste Acumulado	(19.940)		(15.913)	
Saldos	5.439		9.466	

Dividendos obrigatórios

Em função do passivo a descoberto apresentado pela Companhia e suas Controladas, não foram distribuídos dividendos aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social.

20. Receitas Líquidas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Bruta				
Mercadorias	-	-	24.371	29.289
Serviços	24	24	13,00	5
Aluguel	2.207	1.946	423	712
Devoluções	-	-	(1.307)	(1.754)
	2.231	1.970	23.500	28.252
Impostos Inc. s/ Vendas e Serviços	(208)	(184)	(3.882)	(4.697)
Receita Líquida de impostos	2.023	1.786	19.618	23.555

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

21. Despesas administrativas e gerais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	(3.929)	(4.212)	(8.891)	(10.392)
Aluguel	(1.652)	(1.200)	(1.946)	(1.535)
Serviços Profissionais	(485)	(371)	(1.758)	(1.740)
Tributos e Contribuições	(113)	(95)	(275)	(297)
Depreciações /Amortizações	(79)	(122)	(475)	(525)
Outras	(1.891)	(94)	(2.250)	(2.333)
	<u>(8.149)</u>	<u>(6.094)</u>	<u>(15.595)</u>	<u>(16.822)</u>
Provisões / Reversões Contingências				
P.D.D	-	-	1.318	-
Fiscais	-	-	(5.486)	2.605
Trabalhistas	2.183	-	3.818	832
	<u>(5.966)</u>	<u>(6.094)</u>	<u>(15.945)</u>	<u>(13.385)</u>

22. Despesas comerciais

Descrição	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	(3.745)	(4.159)
Aluguel	(1.338)	(1.220)
Marketing	(346)	(314)
Serviços Profissionais	(225)	(236)
Utilidades e Serviços	(372)	(229)
Tributos e Contribuições	(168)	(114)
Despesas Gerais	(320)	(425)
	<u>(6.514)</u>	<u>(6.697)</u>

23. Despesas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Juros	(1.241)	(850)	(6.461)	-
Multas	-	-	(342)	(842)
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(1.529)	(1.172)	(1.529)	(1.172)
Outras	-	(2)	(320)	(473)
	<u>(2.770)</u>	<u>(2.024)</u>	<u>(8.652)</u>	<u>(2.487)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

24. Receitas financeiras

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Aplicações Financeiras		-	704	-
Juros	762	54	1.222	66
Outras	-	-	2	-
	<u>762</u>	<u>54</u>	<u>1.928</u>	<u>66</u>

25. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de Maio de 1997, a Kosmos emitiu com data base de 01 de Abril de 1997, 100.000 debêntures nominais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de Abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 13.

26. Seguros

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o semestre findo em 30 de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principais ativos financeiros classificados nesta categoria o seu:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

- (i) Contas a receber de clientes - (vide nota explicativa nº 5); e
- (ii) Outros valores a receber.

Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo

São aqueles para os quais a Companhia decidiu não mensurar seu valor justo e sim utilizar o método de custo amortizado. Os principais ativos e passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- (i) fornecedores; e
- (ii) valores a pagar para empresas relacionadas (vide nota explicativa nº 17).

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

Risco de juros ou de variação cambial

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras com saldos relevantes e a grande parte de seus passivos financeiros atualmente não estão atrelados às flutuações dos juros de mercado, uma vez que foram incluídos no plano de recuperação judicial, conforme divulgados nas notas explicativas 11, 12 e 13.

A Administração da Companhia entende que ela não está sujeita a riscos relevantes relacionados à taxa de juros ou variação cambial, razão pela qual não divulga a análise de sensibilidade relacionada a tais fatores.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos:

Acionistas e Administradores da

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados para o trimestre e semestre findos naquela data, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 –Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram desde então em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial das Lojas Arapuã S.A. (antiga denominação social da Companhia), o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Essas informações contábeis também não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que ainda não foram cumpridas pela Companhia todas as exigências previstas no plano, as quais, contudo, estão em processo de cumprimento, conforme descrito na nota explicativa 1. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2016.

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC2SP-031.693/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, com redação dada pela instrução CVM 520/12, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2.016.

São Paulo, 05 de Agosto de 2.016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente ao encerramento do trimestre findo em 30 de junho de 2.016.

São Paulo, 05 de Agosto de 2.016.